

Como a 'reforma' administrativa vai afetar você



Fim do regime jurídico único (RJU) e criação de outras formas de contratação, resultando no progressivo esvaziamento e desvalorização das carreiras atuais.

Servidores aposentados atuais vão sofrer mais ataques à paridade salarial.

As FCs e os cargos em comissão são substituídos por "cargos de liderança e assessoramento", cuja ocupação pode ser ampliada para pessoas de fora do quadro, inclusive para postos de chefia.



Terceirização será ampliada e serviços poderão ser transferidos para empresas ou organizações privadas, mesmo com a queda da subsidiariedade na CCJ.

Contratações por tempo determinado, sem prazo e sem concurso, por "processo seletivo simplificado", poderão ser ampliadas em relação aos demais cargos, e levar a um rodízio de pessoal a cada nova gestão.



A PEC não extingue o concurso público, mas ele pode ser burlado ou esvaziado pelas outras formas de contratação precárias e discricionárias criadas.



Ampliação das formas precárias e discricionárias de ocupação aumentam o espaço para a corrupção e a deterioração das relações de trabalho, incluindo o aumento do assédio moral.



Dos cinco tipos de cargos criados, apenas os assim chamados "exclusivos de Estado", que seriam limitados por lei a um número restrito, permanecem com a estabilidade, mesmo assim reduzida.

A estabilidade dos atuais servidores também diminui porque a regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho será por lei ordinária e não mais complementar, o que é de mais fácil aprovação e controle do governo, com critérios subjetivos.



Paulo Guedes já defendeu a 'confiança' como critério para a estabilidade.

O concurso passa a ser em duas etapas: provas e avaliação no exercício da função, acabando com a impessoalidade (candidatos podem ser submetidos a avaliações subjetivas para serem aprovados ou não e poderão ser avaliados por indicados para cargos de liderança e assessoramento).

